

A LUTA É DE TODOS AS DECISÕES SÃO
DO CAPITAL, A LUTA É DE TODOS AS
DECISÕES SÃO DO CAPITAL, A LUTA É DE
TODOS AS DECISÕES SÃO DO CAPITAL, A
LUTA É DE TODOS AS DECISÕES SÃO DO
CAPITAL, A LUTA É DE TODOS AS DECISÕES
SÃO DO CAPITAL, A LUTA É DE TODOS AS
DECISÕES SÃO DO CAPITAL, A LUTA É DE
TODOS AS DECISÕES SÃO DO CAPITAL, A
LUTA É DE TODOS AS DECISÕES SÃO DO
CAPITAL, A LUTA É DE TODOS AS DECISÕES
SÃO DO CAPITAL, A LUTA É DE TODOS AS
DECISÕES SÃO DO CAPITAL, A LUTA É DE
TODOS AS DECISÕES SÃO DO CAPITAL, A
LUTA É DE TODOS AS DECISÕES SÃO DO

Há 29 anos com os educadores/professores do Norte

Parabéns, SPN!



Em palco estiveram Pepe Ordás (Cuba), Dany Silva (Cabo Verde) e Vitorino Salomé (Portugal), que musicaram e cantaram poemas de Paulo Sucena.

“O compromisso foi cumprido, disse Vitorino ao fechar do espectáculo, com a força de quem é um compositor e um intérprete ímpar. É uma afirmação revestida de uma tonalidade afectiva, tendo subjacente amizades e companheirismos de dezenas de anos, mas é também uma confirmação de que o SPN não é só uma dinâmica, empenhada e combativa organização sindical na luta pelos direitos da classe docente, mas também um pólo visando a ‘cultura integral do individuo’ de que a música e a poesia fazem parte.

Este compromisso de um Sindicato com a acção reivindicativa e a luta de massas pelos direitos dos docentes e por uma escola democrática e de qualidade não impede, pelo contrário, que ele se alargue à realização de outras actividades que contribuam para que os humanos sejam mais humanos, como aconteceu na noite de 25 de Fevereiro, em Guimarães.

O compromisso foi cumprido e o 7º Congresso do SPN juntou sindicalismo e arte, numa integração perfeita” [Paulo Sucena].

Com chancela da ProfEdições [editora de *A Página da Educação*], o disco terá distribuição comercial no início do próximo ano, mas pode ser adquirido desde já nas sedes do SPN, com preço especial para os sócios.

Este lançamento assinala, simultaneamente, a abertura das comemorações do 30º aniversário do sindicato, que decorrerão durante um ano, com a realização de diversas iniciativas num programa que culminará em 17/18 de Novembro de 2012.

A apresentação do CD “Triângulo do Atlântico: Amor em Adjectivo”, no dia 18 de Novembro, no Porto (Hotel Ipanema, 19h), assinala o 29º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte. Seguir-se-á um jantar comemorativo, com inscrições abertas aos sócios que desejem participar. O registo discográfico corresponde à primeira parte do concerto promovido pelo SPN por ocasião do 7º Congresso dos Professores do Norte, em Fevereiro último (Centro Cultural Vila Flor, Guimarães).

JANTAR DE ANIVERSÁRIO NO PORTO

**18 Novembro
Hotel Ipanema**

Inscrição: 10€ (sócios)
até às 18h do dia 16

luis.torres@spn.pt
226 070 555

spn
INFORMAÇÃO

Directora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redacção Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Inês Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

... **recusar inevitabilidades e fatalismos**, a começar pelo garrote da austeridade, que, como a experiência grega provou, leva ao agravamento da recessão económica, da precariedade e do desemprego, das desigualdades e da pobreza.

... **exigir justiça na repartição dos sacrifícios**. É imperioso combater a fraude e a evasão fiscais e taxar as grandes fortunas, a banca, as mais-valias bolsistas. Segundo um estudo encomendado pela Internacional de Educação, a fuga aos impostos por parte de corporações internacionais cifra-se em 1.500 biliões de dólares... É intolerável a conviência do poder político com um poder económico que foge às obrigações fiscais, ao mesmo tempo que impõe mais e mais sacrifícios aos trabalhadores, degradando progressivamente as suas condições de vida e de trabalho. A redução de salários e pensões e a confiscação dos subsídios de Natal e de férias representam um ataque sem precedentes aos trabalhadores da Administração Pública. Não podemos aceitar que, em apenas dois anos (2011 e 2012), nos roubem cerca de 30% do rendimento do nosso trabalho!

Porque agora é tempo de...

... **afirmar que em democracia há sempre alternativas**, como a Argentina e a Islândia provaram quando, na bancarrota, recusaram a ditadura dos mercados e impuseram as suas próprias regras. Os países asiáticos resolveram as suas crises, no final dos anos '90, convertendo-se em economias emergentes, investindo mais na educação, contra as recomendações do Fundo Monetário Internacional. E o Brasil, que virou as costas ao FMI, discute hoje um investimento de 10% do PIB na educação, ao mesmo tempo que desenvolve políticas sociais que estão a diminuir desigualdades, em vez de as acentuar.

... **denunciar que o caminho que estamos a percorrer é errado**; que, ao contrário do que diz o primeiro-ministro, a resposta à crise não passa pelo empobrecimento do país e pela reconfiguração do Estado Social, debilitando as suas funções, mas por programas de investimento e desenvolvimento que gerem crescimento e emprego e, conseqüentemente, mais receitas em rendimentos e impostos. Porque quanto mais pobres ficarmos, mais difícil se tornará pagar o que devemos.

... **afirmar a educação como um direito e a Escola Pública como garante da sua democratização**. Os cortes previstos na educação – 800 milhões, 200 dos quais no Ensino Superior – vão pôr em risco a qualidade e equidade do serviço educativo, assim como dezenas de milhar de postos de trabalho. Destinando apenas 3,8% do PIB à educação, Portugal coloca-se no último lugar entre os 27 países da União Europeia. Enquanto docentes, temos o dever de alertar para a gravidade da situação e dizer com clareza que a educação, a ciência e a investigação são sectores estratégicos demasiado importantes para estarem sujeitos a esta asfixia financeira; que a educação não é um caminho – é *o caminho*. Porque com menos educação, teremos pior economia, pior cidadania e pior democracia.

... **questionar a inacção num quadro de responsabilidade social**. António Nóvoa, na 3ª Conferência Nacional, considera que as “fracturas” impostas à universidade representam “o empobrecimento da instituição e dos seus profissionais”, lamenta “a forma resignada como as comunidades universitárias viveram esta ofensiva” e interroga: “Que universidades queremos para o século XXI? Quem está disposto a bater-se por elas?”. Interrogações que faço minhas, alargando o seu âmbito: Que Escola Pública queremos? Que país? Que futuro? O que é que cada um de nós [**quer e**] vai fazer por isso?



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

... **juntar forças e construir alianças com outros actores e movimentos sociais**. Em Madrid, 100 mil professores, com pais, estudantes e outros parceiros educativos, protagonizaram uma marcha contra os cortes orçamentais e em defesa da educação pública. Estivemos lá por solidariedade, mas também porque, no essencial, os problemas e desafios que enfrentamos são os mesmos, pelo que temos de responder com uma acção global a um ataque que é também global. Essa acção deve ser construída a partir das dinâmicas de cada país e a Greve Geral de 24 de Novembro – a terceira conjunta das duas centrais sindicais – é decisiva para a reforçar. Temos de dizer a quem quer impor-nos retrocessos em direitos sociais e laborais que não o farão com o nosso silêncio e a nossa conviência. Que não desistimos de ajudar a construir um mundo mais justo e igualitário. Que não vamos deixar que nos roubem o futuro.

... **resistir e lutar. Porque só se perdem as lutas que se abandonam, NÃO DESISTIMOS, LUTAMOS!**

É difícil ser mãe e trabalhadora em Portugal

O núcleo de Aveiro do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) promoveu uma sessão pública subordinada ao tema *O difícil exercício de ser mãe e trabalhadora em Portugal*. Sob forma de mesa-redonda, a iniciativa decorreu no passado dia 22 de Outubro, num sábado à tarde, com representantes da União dos Sindicatos de Aveiro, da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas e Projecto Criar, da CGTP-IN, da Direcção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e União dos Sindicatos do Porto, e com duas professoras que foram alvo de discriminação por terem exercido os direitos de maternidade [ver anteriores edições da «SPN-Infomação»]. Foi um debate interessante, moderado por Manuela Silva (SPN/Aveiro), do qual resultou a aprovação de uma recomendação a enviar a diversas entidades.

A temática abordada é de grande pertinência, uma vez que, em alturas de grandes crises sociais, os direitos dos trabalhadores tendem a ser postos em causa e, frequentemente, violados, sendo as mulheres mais afectadas. Pretendia-se não só dar visibilidade a situações de ilegalidade e de injustiça, mas também reflectir e apresentar sugestões a enviar às entidades competentes. Professoras e dirigentes sindicais testemunharam situações de discriminação nos locais de trabalho de que foram/estão a ser alvo docentes e outras trabalhadoras, apenas por serem mães e não abdicarem de exercer os seus direitos relativos a gravidez de risco, licença de maternidade, horas para amamentação, acompanhamento dos filhos em situação de doença, etc.

No caso concreto das professoras (contratadas), os prejuízos resultam ao nível da avaliação de desempenho, da progressão na carreira e do acesso ao emprego nas ofertas de escola – situação ainda mais inaceitável quando se trata do próprio Estado a violar a legislação.

Nesta perspectiva, o SPN continuará a ser intransigente na defesa das suas associadas, lembrando que o não exercício de direitos não é opção, uma vez que os direitos não exercidos acabam por se extinguir.

Maria José Silva
Direcção do SPN

Sobre imigração...

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) participou no workshop *Imigração – Informar e Formar para melhor Integrar*, realizado pela CGTP-IN, na Casa Sindical do Porto, tendo como público-alvo dirigentes sindicais e representantes de associações de imigrantes. Apesar de o número de participantes ter ficado bastante aquém do previsto, foi uma jornada de trabalho muito interessante e gratificante.

Num primeiro momento, foi feita a apresentação de duas publicações fundamentais para o melhor conhecimento e compreensão da problemática da imigração: “Realidade Económico-Social dos Imigrantes em Portugal em 2010” e “Guia Jurídico da Imigração em Portugal: Orientações para a Acção Sindical” – duas edições da central sindical, com informações importantes, em linguagem simples e clara, o que propicia fácil consulta.

Depois, todos os participantes foram convidados a intervir, apresentando questões ou dando o seu testemunho sobre esta problemática. Nesta fase, tivemos oportunidade de constatar que as condições para a maior parte dos imigrantes continuam a ser muito desfavoráveis, não só no mundo do trabalho, onde a precariedade é ainda maior do que a que conhecemos, mas também no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Ao que ouvimos, este serviço não evoluiu no sentido positivo; pelo contrário, continua a humilhar, a proceder de forma kafkiana, pedindo documento atrás de documento, assinatura atrás de assinatura, sem se saber até quando.

A reflexão final, além de várias sugestões interessantes dirigidas a diversas entidades (por exemplo, a integração de um imigrante como funcionário do SEF), forneceu também alguns contributos para o Programa de Acção a debater no próximo congresso da CGTP-IN (Janeiro de 2012).

Arminda Rosa Vilela
Direcção Distrital SPN/Porto

Ensino privado

Do ensino privado fazem parte o Particular e Cooperativo, as escolas profissionais e academias de música particulares, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e as misericórdias. Todas estas instituições têm um Contrato Colectivo de Trabalho a que estão vinculadas – as normas que existem para o sector público nada têm a ver com os trabalhadores destas empresas. Está em questão a taxa de redução remuneratória que algumas daquelas entidades patronais têm estado a aplicar aos seus trabalhadores. Essas verbas têm de ser devolvidas a quem pertencem – os lesados devem reclamar à entidade patronal e, se não receberem aquilo a que têm direito, apresentar queixa à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). O mesmo se passa relativamente ao 13º mês e ao subsídio de férias, que têm de ser pagos por inteiro.

Todas as situações anómalas devem ser comunicadas ao Sindicato dos Professores do Norte (SPN). Entretanto, contamos com a adesão de todos à Greve Geral de 24 de Novembro.

24 de Novembro - Greve Geral

A narrativa da inevitabilidade e o tempo dos sindicatos

“Vivemos em tempos de crise, essa crise que os neoliberais nos impuseram e que, não lhes bastando essa responsabilidade, procuram fazer acompanhar de um fatalismo paralisante, suporte da ideia de que não há nada mais a fazer, se não prepararmos-nos para novos e mais dolorosos sacrifícios, como mais uma inevitabilidade dos nossos dias cinzentos”.

Abel Macedo

(abertura do 7º Congresso do SPN)



Henrique Borges

Quando em Fevereiro se realizou o 7º Congresso do nosso sindicato, ainda não tinha sido descoberto o “desvio colossal”, mas vivíamos já o tempo da “inevitabilidade”. O governo era outro, mas as políticas de então – de submissão aos interesses dos mercados financeiros – consubstanciavam já um feroz ataque ao Estado Social e aos direitos dos trabalhadores, em particular aos da Administração Pública. De então para cá, já com outro governo, a narrativa da inevitabilidade assentou arraiais e parece nada mais haver a fazer do que cumprir os ditames da troika. Os cortes na saúde, na educação, na segurança social e na justiça conduzem a sociedade portuguesa para níveis muito próximos dos anteriores a Abril de 74. Na minha opinião, é o próprio regime democrático que está em causa; passa a decidir sobre a nossa vida quem não elegemos... Em nome da inevitabilidade.

Vale a pena lembrar o caso da Grécia. Bastou que o primeiro-ministro grego fizesse a proposta de realização de um referendo no seu país para, como alguém já escreveu, “fazer estalar todo o verniz e trazer à superfície a pulsão autoritária essencial do directório de interesses que está a destruir a União Europeia e a afundar a já reduzida credibilidade das suas instituições”, como se a democracia fosse a responsável pela crise que vivemos e pela amargura em que caíram as nossas vidas.

Se aceitarmos e embarcarmos na narrativa da inevitabilidade, suportada pela chantagem dos grandes interesses económicos e financeiros, como vamos ser capazes de resistir em defesa do que levou anos e anos de muitas lutas e sacrifícios a alcançar? Que futuro ficará para os que virão depois de nós?

Estamos na luta

O tempo que vivemos é de grande exigência e de responsabilidade. “É o tempo dos sindicatos”. É o tempo em que os sindicatos são mais uma vez convocados a assumir a sua parte na defesa do Estado Social, com a consciência clara dos ataques de que serão alvo, das tentativas de limitar o espaço que a lei de todas as leis (Constituição da República Portuguesa) lhe confere. Hoje, e mais uma vez, são exactamente aqueles que deveriam ser o garante do cumprimento e da defesa da Constituição, a avançar no caminho da sua descredibilização.

“Não terão êxito. Bem podem continuar a propalar que se esgotou o tempo dos sindicatos, anunciar constantemente a sua falência, apoucar a sua imagem, tentar descredibilizá-los de forma sistemática. Não terão êxito!”. O sindicalismo é indissociável do trabalho assalariado, da precariedade, da luta por melhores condições de trabalho, da luta por uma vida melhor.

É com a determinação de sempre que estamos na luta. É a “inevitabilidade” dos sindicatos; não podemos desiludir os que neles confiam. Mas o futuro não depende apenas dos sindicatos – cada um de nós tem a sua tarefa, também individualmente... Cada um de nós tem que cumprir a sua parte!

Henrique Borges

Direcção do SPN

*Concursos:
nacional, anual, bolsa de recrutamento, oferta de escola...*

Uma realidade que mais parece ficção



Henrique Borges

Começamos pelo concurso nacional, para o preenchimento de necessidades anuais. A primeira nota negativa a salientar é que, de acordo com compromisso assumido pelo anterior governo, este deveria ter sido um concurso para o preenchimento de necessidades permanentes e não apenas transitórias, como veio a ser determinado pelo Aviso 9.514-A/2011. Com efeito, tal compromisso havia sido assumido pelo último governo no âmbito da negociação do Estatuto da Carreira Docente, um compromisso que foi, de forma unilateral, completamente ignorado! Ainda que para preencher apenas necessidades transitórias, a marca principal do mesmo, face a anos anteriores, foi o gritante crescimento do desemprego, que recaiu sobre cerca de 38 mil docentes. Nada que, infelizmente, não fosse já previsível face às opções de política “educativa” que vêm sendo seguidas pelo actual Governo, como o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) denunciaram em devido tempo e repetidamente.

DGRHE tentou “reescrever” a Lei

Depois vieram as colocações por bolsa de recrutamento (BR), iniciadas em 12 de Setembro e que, desde então, assumiram periodicidade semanal. Na BR01, que preencheu apenas necessidades anuais, os aspectos negativos “limitaram-se” ao escassíssimo número de colocados (1.471, quando no ano passado tinham sido 2.935), à falta de transparência resultante da não publicação de listas e ao carácter de completa lotaria que estas colocações assumem, por atenderem à ordem de divulgação das respectivas necessidades pelas escolas e não à ordem das preferências manifestadas pelos candidatos.

Mas na BR02 as coisas foram diferentes, e para muito pior! De facto, além de o número de docentes colocados voltar a ser bastante baixo (3.038, para 4.300 em 2010), apenas 356 daqueles mais de 3 mil horários foram preenchidos como anuais, um número incompreensivelmente baixo em fase tão inicial do ano escolar, comparativamente com os anos anteriores. Na sequência dessa divulgação, e da recepção de múltiplas denúncias de candidatos de que, em muitas situações, os horários em causa correspondiam a necessidades anuais, a Fenprof tomou a iniciativa de auscultar escolas e agrupamentos no sentido de procurar clarificar

a situação e confirmou o pior, através de dezenas de respostas de directores de escolas e agrupamentos: durante um período de vários dias, foi impossível às escolas, no preenchimento das respectivas necessidades na aplicação informática criada pela Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE) para o efeito, identificarem horários como anuais, apenas lhes aparecendo, por defeito, a opção “temporário”, assumindo a aplicação automaticamente a previsão de duração mensal.

Claro que esta situação originou uma gravíssima e grosseira deturpação da ordenação dos candidatos, pois a maior parte dos mais graduados nos vários grupos, compreensivelmente, só concorre para horários anuais, tendo sido preteridos por candidatos com muito menor graduação, colocados em horários de facto anuais, mas falsamente identificados como temporários.

Entre o discutível e o surreal

Se as colocações no âmbito da BR enfermam de múltiplos problemas, na contratação de escola tudo é muitíssimo pior e ainda mais grave. É que a BR ainda obedece ao critério da graduação profissional na ordenação dos candidatos, enquanto, nas ofertas de escola, é cada escola/agrupamento que fixa os seus próprios critérios.

Vem de longe a contestação do SPN e da Fenprof a esta possibilidade, mesmo de antes de ficar fixada na legislação (decreto 35/2007). Já depois de ser consagrada, exigimos ao Ministério da Educação que estabelecesse, ao menos, um conjunto de disposições que acautelassem alguma equidade e justiça e impedissem situações de completo abuso e total arbitrariedade na selecção de candidatos por parte das escolas. Infelizmente, sucessivas equipas ministeriais ignoraram por completo esta exigência, continuando, por inércia, a tudo permitir.

Daí que se constate, por exemplo, que muitos agrupamentos/escolas não clarificam, desde logo, se os critérios que estabelecem são sequenciais (eliminatórios) ou ponderados (cumulativos); que muitas escolas admitem candidatos não profissionalizados, preterindo profissionalizados para o grupo de recrutamento em causa; que há escolas a ter critérios inconstitucionais, como o concelho de residência dos candidatos; que há directores que, na entrevista, perguntam aos candidatos se têm filhos e quem costuma faltar para

garantir o seu acompanhamento em caso de doença – isto, só para referir alguns exemplos dos desmandos que o MEC, com o seu silêncio, continua a permitir que se cometam impunemente...

Não surpreende, portanto, que, nos últimos anos, se tenha assistido a um “vale tudo” que desafia, por vezes, os limites da imaginação! Este ano, o descalabro foi ainda mais evidente, devido ao número muito mais elevado de candidaturas, pois, no final da BR03, havia menos cerca de 12.500 contratações efectuadas relativamente a 2010/2011.

Por isso se verifica, também, que em muitos agrupamentos e escolas se inclui como critério a leccionação nos mesmos no ano lectivo anterior, eliminando, na prática, qualquer hipótese de um candidato que não preencha essa condição ser colocado.

Mas a criatividade de alguns directores vai ainda mais longe!... Atente-se em alguns exemplos de critérios de selecção encontrados:

- ter leccionado no ano anterior a turma X do ano Y na escola Z do agrupamento
- pertencer ao Corpo de Bombeiros de...
- ter sido aluno ou professor na escola
- ter carta de marinheiro
- ter pelo menos seis anos de experiência na empresa de serviços informáticos X

E a lista poderia continuar...

Redacção dos contratos não escapa aos atropelos

Para compor o ramalhete, falta referir que, tanto nas colocações por bolsa de recrutamento como nas efectuadas na sequência de contratação por escola, quando as mesmas resultam de motivos que apenas podem justificar um contrato a termo certo, até 31 de Agosto (aposentações ou aumento do número de turmas, por exemplo), os docentes estão a ser confrontados com a imposição de assinatura de contratos a termo incerto, mas com duração previsível de 30 dias.

Esta situação, obviamente ilegal, visará a generalização das dispensas logo após o termo das actividades de avaliação, tentando o MEC fugir ao pagamento e contagem do tempo relativo, pelo menos, ao mês de Agosto. Tal imposição deve, evidentemente, ser contestada pelos docentes em causa, que devem contactar o departamento de contencioso do SPN para o efeito.

ESCOLA ARTÍSTICA DE SOARES DOS REIS

Pela integração na carreira dos docentes de TE

No Ensino Secundário, a docência de várias áreas especializadas é assegurada desde há anos por docentes não integrados em qualquer grupo de recrutamento, que o Ministério da Educação designa por professores de Técnicas Especiais e que se encontram de forma mais concentrada nas escolas especializadas de ensino artístico.

É o caso da Escola Artística de Soares dos Reis, no Porto, que está vocacionada para o ensino e a prática das artes visuais, oferecendo, neste âmbito, vários cursos de estudos secundários, orientados por uma equipa de professores que constituem um valioso património para a qualidade de ensino reconhecida à Soares dos Reis. Esta equipa integra os professores de Técnicas Especiais, sem os quais não seria possível dar resposta às necessidades de formação dos alunos, possibilitando-lhes a inserção no mundo do trabalho.

“Esquecidos” pelo Ministério da Educação, pela reconhecida especialização nas áreas que leccionam (factor de enriquecimento e diversificação dos currículos escolares), estes docentes têm vindo a ser contratados em oferta de escola e só excepcionalmente alguns foram integrados no respectivo quadro (aconteceu em 1989, 1998 e 2007), adquirindo, enfim, direito à estabilidade numa profissão que, em anos sucessivos, exerceram de forma precária. Ironicamente, no entanto, estão

impedidos de se candidatar aos concursos nacionais e, em alguns casos, de progredir na carreira, porque nela não estão integrados – algo a que qualquer professor deve poder aspirar.

A qualidade e a importância do trabalho desenvolvido por estes professores, bem como a situação de profunda injustiça salarial em que se encontram – vítimas, uns, desde 2007, de uma descida de vencimento próxima dos 50%, resultante de uma alteração do contrato de trabalho; confinados, outros, ao índice 156, quando, em idêntica situação, outros professores vieram a ser integrados na carreira – exige uma resposta da parte do Ministério da Educação às justas reivindicações deste grupo de docentes, que, com o passar dos anos, vão sendo cada vez menos: uns porque se aposentaram, outros porque, desencantados, abandonam a profissão, outros porque, entretanto, morreram. Os que ficaram (em Junho eram 117, em todo o país, no índice 156) continuam a dar o seu melhor na profissão que escolheram e querem ver reconhecida – reconhecimento que exige a possibilidade de integração na carreira docente, com todas as consequências daí resultantes.

Henrique Borges

Direcção do SPN

(professor da EA Soares dos Reis).



Henrique Borges

Milhares em marcha sobre Madrid



Nos passados dias 21 e 22 de Outubro, uma delegação da Fenprof (Manuela Mendonça e Vítor Gomes, ambos dirigentes do SPN) esteve em Madrid, numa jornada de luta “contra os cortes e em defesa da Educação Pública”, em solidariedade com os professores espanhóis. Esta jornada de luta teve dois momentos distintos.

No dia 21, uma Mesa Redonda, sob o tema *Equidade e igualdadade na educação para todas as pessoas. Lutas sociais e sindicais pela educação pública*, contou com a participação de Susan Hopgood e Fred van Leeuwen, presidente e secretário-geral da IE (Internacional da Educação), da vice-presidente da CSEE, Odile Cordelier, e de representantes de organizações sindicais de Portugal, Itália, França, Grécia e Reino Unido.

Na sua intervenção, a presidente da IE referiu pretender com a sua presença não só expressar a solidariedade com os professores espanhóis, mas também deixar uma mensagem política clara aos que decidem os cortes na Educação. “Solidariedade significa que temos de actuar juntos buscando a interacção entre a luta à escala nacional e internacional. Se a austeridade orçamental não tem fronteiras, tão pouco as tem a solidariedade”.

Também Manuela Mendonça, coordenadora do SPN, sublinhou esta ideia, dirigindo-se aos professores espanhóis presentes na

conferência: “temos de reforçar uma acção global, para responder a um ataque que também é global. A vossa luta é a nossa luta”. No fim desta mesa redonda, foi lida e assinada uma declaração conjunta contra os cortes nos serviços públicos, em particular na Educação.

Dia 22 foi o dia da *Marcha sobre Madrid – contra os cortes e em defesa da Educação Pública*. Esta manifestação, que juntou muitos milhares de professores, pais e alunos de diferentes cidades de Espanha, foi promovida e acompanhada por todos os sindicatos de professores espanhóis de âmbito nacional.

Do Manifesto lido no desfecho da manifestação destaca-se a sua parte final: “Se há alguma tarefa importante a ser executada, é a Educação. Se há um caminho a percorrer, é o da Educação. Se houver uma herança para oferecer, é a Educação. Se há uma riqueza a explorar, é a Educação. Se houver alguma maneira de mudar as coisas, é através da Educação. Se houver algum sonho que dure para sempre, se há alguma forma de liberdade e justiça, é o da Educação.

A Educação muda vidas. A Educação é o futuro.

A Educação pública é o garante do futuro para todas as pessoas, sem diferenças”.

Como é possível exigir sucesso num contexto de degradação total? Como é possível falar em igualdade de direitos, quando existem escolas onde tudo falta que competem com outras onde sobram recursos? Será de mais exigir uma escola com condições mínimas de higiene, segurança e comodidade?

SECUNDÁRIA DE MIRANDELA em desespero de causa

20 de Outubro de 2011. Dirijo-me à sala 5 do Bloco 2 (uma das únicas quatro que têm computador associado a projectador multimédia) para operacionalizar o “fóssil” lentíssimo que temos como “pc”; de imediato, informam-me que não há acesso à Internet – sempre que ocorrem cortes ou flutuações no fornecimento da energia (e em Mirandela são a toda a hora), todo o sistema TIC da escola se “desconfigura”... Insisti, e lá consegui aceder ao Google e ao Youtube, mas os “fósseis” (apetecíveis para qualquer museu das TIC que os queira adoptar) prevaleceram, tal a incapacidade dos aparelhos e dos sistemas, que desesperam até os alunos...

Sou professora de Humanidades e sinto-me excluída por não poder utilizar pedagogicamente os meios de que dispõe a maioria dos meus colegas por essas escolas fora. Por eles, muito me congratulo; mas por que não desfrutam os professores e alunos da Secundária de Mirandela das mesmas condições?

Apesar de tudo, um bem-haja à Direcção da Escola, que sempre pugnou pelo bem-estar de alunos, funcionários e professores e a quem apelo para que continue a lutar pela melhor Educação dos nossos alunos.

Maria José Miranda

Direcção Distrital SPN/Bragança

A nossa segunda casa

Somos alunos do 12º ano e preocupamo-nos com o bom funcionamento da nossa escola. Este pequeno comentário tem o objectivo de dar a conhecer a nossa opinião sobre ela.

Quando nos perguntam se gostamos da nossa escola, todos respondemos que sim sem qualquer hesitação. Isto porque estamos profundamente familiarizados com ela.

A Escola Secundária de Mirandela é frequentada por 1.101 alunos do 3º Ciclo (540), do Ensino Secundário (438), do Ensino Profissional (97) e dos cursos EFA (26). Os professores são 140.



“É mais do que necessária a remodelação daquela que é a nossa segunda casa.”

A verdade é que os seis anos que lá passámos são sinónimo de uma multiplicidade de vivências e boas recordações que nos marcam. E marcam-nos, porque envolvem pessoas, funcionários e professores, que sempre nos acolheram bem e trataram da melhor forma.

É certo que sempre se ansiou proporcionar aos estudantes, professores e funcionários todo o conforto possível, mas a verdade é que o “conforto” com que lidamos hoje está muito aquém do mínimo exigido. Referimo-nos a um conjunto de deficiências estruturais, manifestadas há já algum tempo e que, por estarem previstas obras de “raiz”, não se colmataram, antes se agravaram, tornando-se algumas insustentáveis. Neste contexto, e numa tentativa de dar voz a todos os alunos da Secundária de Mirandela, consideramos que é mais do que necessária a remodelação daquela que é a nossa segunda casa.

**Ana Luísa Lage
Ana Miranda
Jorge Borges**

Crónica do surreal

Frequentemente, sentimos um estranho conforto em certas reportagens televisivas emitidas ao início da noite, que mostram os estabelecimentos de ensino que sofreram intervenção de requalificação por parte da Parque Escolar. A mensagem que passa é que todas as escolas têm instalações e recursos materiais excelentes, que estão dotadas com computadores mais ou menos recentes, projetores multimédia em todas as salas, quadros interativos, salas de trabalho para os professores, ar condicionado e aquecimento centralizado. Por momentos, até nos esquecemos das atrocidades profissionais e económicas que nos foram feitas nos últimos anos e que acabam por condicionar o nosso desempenho.

Na manhã seguinte, somos confrontados com uma visão algo diferente. Logo à entrada, deparamos com uma fachada envelhecida pelo passar do tempo e pelas promessas de uma intervenção de fundo, que tem vindo sistematicamente a ser adiada pelas mais diversas razões. Temos a tentação de olhar para o chão para permanecermos mais um pouco na “realidade” que nos foi vendida na noite anterior. Lamentavelmente, não resulta lá muito bem. Embora os espaços exteriores tenham potencial para serem agradáveis, deparamo-nos com material inevitavelmente envelhecido pela ação dos alunos ao longo do tempo e com buracos dignos de certos caminhos de aldeia – surrealmente, alguns são vestígios da atividade das empresas que viriam a intervir na escola e que acabaram por nunca mais aparecer.

Fugimos para os interiores, mas o cenário não muda muito. Os ladrilhos do chão há muito que começaram a abandonar a escola, quem sabe em busca de condições melhores, ou talvez com medo de que um vidro lhes possa cair em cima – os velhos caixilhos de madeira apodrecida, que estoicamente persistem na missão de os segurar, estão cada vez mais a necessitar de serem reformados, mas como sabemos, atualmente, isso está cada vez mais difícil na função pública. Talvez quando atingirem os 65 anos de idade tenhamos alguma sorte...

Dando continuidade aos velhos costumes, os nossos quadros *interativos* funcionam com giz, parecendo antíteses dos atuais quadros difundidos pelas restantes escolas. Aqui não temos a nostalgia do pó de giz! Apenas temos os inevitáveis problemas de saúde e de higiene que origina. Apesar do nosso dinamismo, os diversos pacotes de inovação e atualização dos meios materiais e informáticos da escola foram adiados para a conclusão das obras de intervenção. Embora grande parte dos meios informáticos que temos ao dispor tenha sido considerado regular em meados da década passada, são desajustados às necessidades atuais.

Como a escola está localizada em Mirandela, está sujeita a extremos de condições meteorológicas. No Verão, as falhas que os caixilhos apresentam devido ao seu estado de decomposição, juntamente com algumas frestas nas juntas que unem certas paredes e com alguns buracos nas clarabóias dos pavilhões, auxiliam na ventilação das salas. Contudo, a arquitetura dos pavilhões não tem em conta as temperaturas elevadas que se fazem sentir e que, frequentemente, ultrapassam os 37°C. Na época de

exames, tentamos (com pouco sucesso) proteger os alunos do calor com ventoinhas, algumas das quais fazem lembrar as que antigamente existiam nos tetos dos cafés. No Inverno, o sistema de aquecimento até que funciona. Pelo que acima foi dito, o isolamento é que não. E as temperaturas a que estamos expostos convidam alunos e professores a trabalharem de casaco, luvas e cachecol. Quando chove no exterior, é possível constatar o mesmo nas escadarias dos blocos e, curiosamente, no laboratório de Química – foi até com a esperança de que pudesse haver alguma reação que melhorasse as nossas condições que no ano passado verificamos que também começou a chover na sala de reagentes. De referir que o problema da chuva é resolvido com recurso a diversos baldes de água, que constituem autênticos atentados à segurança de quem circula.

São estas as nossas condições de trabalho. Temos de utilizar o que está disponível o mais rigorosa e eficientemente possível. Não questionamos os critérios de seleção das escolas que sofreram intervenção e entendemos a situação económica atual. Contudo, é com frequência que nos perguntamos: que mal fizeram os nossos alunos para serem tão discriminados, além de viverem no interior?

Ana Brito e Bruno Pereira (professores)

Texto escrito no respeito pela grafia introduzida pelo Novo Acordo Ortográfico

O sonho virou pesadelo

A requalificação da Escola Secundária de Mirandela é uma promessa, com mais de três anos, que tem alimentado o sonho de alunos, professores e pais. Efectivamente, há muito que este sonho ajuda a superar as carências, insuficiências e deficiências da escola; contudo, a notícia de mais um adiamento, sem data prevista, destruiu o que restava de esperança, comprometendo seriamente o normal funcionamento desta instituição.

Importa acrescentar que a promessa de requalificação a curto prazo motivou a suspensão das obras de manutenção regular, numa lógica de bom senso. De facto, a Direcção da escola, imbuída de um espírito de poupança dos recursos da Administração Central, suspendeu a realização de melhorias da rede e do equipamento informático, entre outras, pelo que, actualmente, além de um edifício depauperado pelo tempo, temos uma escola obsoleta!

Em pleno século XXI, os nossos filhos frequentam uma escola onde chove nas salas de aula, desprovida de laboratórios devidamente equipados, com enormes carências de equipamento informático e meios audiovisuais de apoio à actividade lectiva, bem como de equipamentos desportivos e de espaços exteriores qualificados.

Neste contexto, perguntamos: como é possível afirmar que a Educação e a Formação são pilares fundamentais para o desenvolvimento do país, quando maltratamos desta forma a comunidade educativa? como é possível exigir sucesso num contexto de degradação total? como é possível falar em igualdade de direitos, quando existem escolas onde tudo falta que competem com outras onde sobram recursos? será de mais exigir uma escola com condições mínimas de higiene, segurança e comodidade para os nossos filhos?

Confrontados com este cenário constrangedor, os pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Secundária de Mirandela exigem que se faça justiça, promovendo a realização das obras de requalificação necessárias à criação de uma escola com dignidade, capaz de contribuir para o sucesso do projecto educativo!

Sandra Sarmento

Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação



Evidências de degradação

Chove no pavilhão gimnodesportivo, onde o piso está tão degradado que já suscitou acidentes e hospitalização de alunos; chove dentro dos blocos de aulas e nas salas, onde também se corre o risco de escorregar ou tropeçar nos baldes que aparam a água; chove na sala de armazenamento de produtos químicos..

- Janelas em que os vidros (por falta de suportes) foram substituídos por painéis de madeira; caixilhos de várias janelas podres...

- Sem isolamento térmico adequado (janelas e portas danificadas), a escola é muito quente no Verão e muito fria no Inverno: o aquecimento é ligado apenas durante 3 horas de manhã, 2 horas à tarde e 2 horas à noite (questões orçamentais); em algumas salas, devido a tubagens e aparelhos obsoletos, não funciona devidamente...

- Laboratórios com telhados a ruir e com instalações eléctricas em condições "provisórias"; saneamento e canalizações a necessitarem de remodelação; piso de corredores e salas em muito mau estado...

- Quadros de lousa onde já não se consegue escrever; campainhas que mal se ouvem ou nem tocam...

ALÉM DE VIVEREM NO INTERIOR DO PAÍS, QUE MAL FIZERAM OS ALUNOS DE MIRANDELA PARA SEREM TÃO DISCRIMINADOS?

Viagem a Espanha



San Sebastián



30 de Março a 03 de Abril 2012

30 de Março (sexta)

23.00h - Saída de Bragança, viagem nocturna com destino a San Sebastián

31 de Março (sábado)

09:30h - Visita guiada a San Sebastián

14:00h - Almoço

15:30h - Transfer para o Hotel Husa Europa***
- Tarde livre

20:30h - Jantar no Hotel Husa Europa***

01 de Abril (domingo)

- Manhã livre em San Sebastián

13.00h - Partida para Getaria

13:30h - Almoço

- Visita ao Museu Balenciaga

- Breve visita a Getaria

20:00h - Partida para Bilbao

21.00h - Jantar no Hotel Husa Jardines de Albia****

02 de Abril (segunda)

09:30h - Visita guiada a Bilbao

- Almoço

14:00h - Visita ao Museu Guggenheim

- Transfer para o Hotel Husa Jardines de Albia****

21.00h - Jantar no Hotel Husa Jardines de Albia****

03 de Abril (terça)

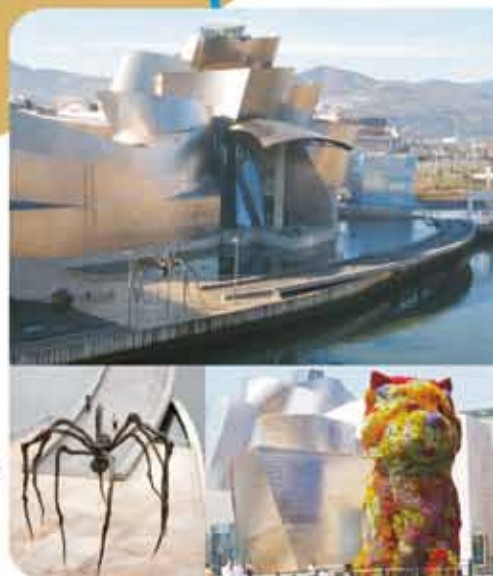
08:30h - Partida para Valladolid

- Visita guiada ao Centro histórico de Valladolid

- Almoço em Valladolid

18:00h - Viagem de regresso para Bragança

Bilbao



Valladolid



INCLUI

- Transporte
- Seguros de acidentes pessoais e responsabilidade civil
- Estadia em regime de meia pensão no Hotel Husa Europa***, em San Sebastián, na noite de 31 de Março
- Estadia em regime de meia pensão no Hotel Husa Jardines de Albia****, em Bilbao nas noites de 1 e 2 de Abril
- Visitas guiadas, (com guias locais) a San Sebastián, Bilbao, Valladolid
- Almoço nos dias 31 em San Sebastián
- Almoço no dia 1 de Abril em Getaria
- Almoço no dia 2 de Abril em Bilbao
- Almoço no dia 3 de Abril em Valladolid

PREÇO 330€

uma
FORÇA
que conta



spn
sempre

sindicato dos
Professores do Norte



Desinvestimento brutal

A proposta de Orçamento de Estado para 2012 representa um brutal desinvestimento no Ensino Superior e na Ciência e configura um forte ataque aos docentes, aos investigadores, aos trabalhadores não-docentes e aos estudantes.



Ana Alvim

Redução salarial acima dos 30%

A proposta de Orçamento de Estado representa um enorme retrocesso, com o recuo do financiamento para níveis anteriores a 2000, pondo em causa o funcionamento das instituições, a qualidade do ensino e da investigação, o desenvolvimento de projectos, a oferta das escolas a nível de licenciaturas, mestrados e doutoramentos e a possibilidade de muitos estudantes concluírem ou iniciarem os seus cursos.

Os cortes nas Receitas Gerais atingem um valor global superior a 250 milhões de euros, o que corresponde a um corte médio de 22% nas transferências do Estado, sendo a maior fatia suportada directamente pelos docentes e por todos quantos trabalham nas instituições do Ensino Superior. O roubo anunciado dos subsídios de férias e de Natal vem somar-se aos cortes no vencimento efectuados já este ano, que, para muitos docentes e investigadores, variou entre 8,5-10%, e no subsídio de Natal (cerca de 50%). Se a tudo isto forem somados os aumentos no IRS, no IVA e noutros impostos, bem como o bloqueamento das progressões, facilmente se pode concluir pela existência de uma redução salarial real acima dos 30%.

A outra parcela do corte, superior a 8,5%, coloca todas as instituições do Ensino Superior em situações de extrema dificuldade, comprometendo gravemente o seu funcionamento normal, o cumprimento integral das suas funções e responsabilidades sociais, a qualidade do ensino, da investigação e da prestação de serviços à comunidade.

Actividade tóxica

Significativas da gravidade da actual situação são algumas medidas que certas instituições já estão a pôr em prática, designadamente o despedimento, pela via da não renovação dos contratos, de muitos docentes convidados; o alastramento das situações de elevada precariedade; a redução do período de vigência de muitos contratos, de que a generalização dos contratos por semestre ou quatro meses é a expressão mais recente; o aumento do número de docentes contratados a tempo parcial; a não contratação de novos docentes, nem para substituir os que, entretanto, se reformam; e o recurso a bolseiros de investigação.

A estas medidas somam-se o aumento brutal da carga horária lectiva de muitos docentes, que trabalham hoje um número de horas muito superior ao legalmente previsto, com graves prejuízos para a qualidade do ensino e da investigação; a não concessão de licenças sabáticas e o aumento do número de estudantes por turma, dissimulando as reais necessidades de pessoal docente e a verdadeira dimensão do subfinanciamento do sector; bem como a degradação de equipamentos didácticos e laboratoriais.

No Ensino Politécnico, acresce que muitos docentes estão a ver seriamente comprometidos os apoios imprescindíveis para a conclusão de doutoramento (designadamente com a não dispensa de serviço docente), condição indispensável para assegurar estabilidade profissional.

É clara, também, a diminuição do financiamento público à actividade científica, com uma redução de 40% (relativamente ao OE'2009) nas verbas destinadas à Fundação para a Ciência e Tecnologia, ficando seriamente comprometido o desenvolvimento de projectos de investigação em diferentes áreas.

Estudantes no fio da navalha

Por outro lado, os cortes na Acção Social Escolar e as regras para atribuição de bolsas, a par de toda a situação social que hoje se vive, com o aumento do desemprego, a diminuição de apoios sociais e o aumento generalizado de impostos, vão acentuar seriamente as dificuldades já sentidas por muitos estudantes que frequentam o Ensino Superior, agravando ainda mais o atraso de Portugal face aos parceiros europeus no que se refere à população com formação superior.

Num contexto como o que atravessamos, em que as medidas impostas pelo Governo, pelos "mercados"/grandes grupos financeiros e pela troika não contribuem para a resolução de nenhum problema, mas para o seu agravamento, como nos mostra o exemplo da Grécia. Mais necessária é a afirmação da importância do Ensino Superior e o reconhecimento da indispensabilidade do seu contributo para a construção, em condições de liberdade e de autonomia, das respostas necessárias ao desenvolvimento do país.

Defender o ENSINO SUPERIOR PÚBLICO, não aceitar o regime de fundações

Está em causa o acesso universal ao Ensino Superior.

Estão em risco as carreiras. Está sob ameaça o ensino público de qualidade. Está em risco uma das missões fundamentais do Ensino Superior – parafraseando Bernardino Machado, ser escola de liberdade.

Nos últimos anos, temos vindo a assistir a uma lenta e paulatina mudança no panorama do Ensino Superior público em Portugal, à semelhança do que vem acontecendo noutros países europeus, cujos eixos fundamentais podem ser encontrados em diversos

documentos internacionais – o relatório “Tertiary Education in Portugal, Background Report” (Versão 1.1, Abril/2006) espelha muito claramente a política a ser prosseguida.

No documento, é realçado o envolvimento limitado de elementos externos na definição das políticas e na governação das instituições, colocando a questão de qual o melhor estatuto legal que promoverá o desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal. Reconhecendo a diversidade das instituições, conclui que os objectivos nacionais devem ser traduzidos diferenciadamente, o que muito dificilmente seria atingido por uma fórmula geral de financiamento, e que, por isso, a mesma não pode ser baseada numa política de ‘one size fits all’.

Assim, propõe o relatório que o financiamento seja feito com base em contratos negociados com cada uma das instituições. Partindo deste pressuposto, é proposta a criação de fundações, que providenciariam instituições, alegadamente, com mais autonomia, mais oportunidades de desenvolvimento e mais flexibilidade na contratação de recursos humanos. Esta flexibilidade plasma-se, obviamente, na extinção do estatuto de trabalhador em funções públicas em todas as instituições e na criação de carreiras próprias para todos os corpos.



Ana Alvim

Liderança das instituições

O relatório também aborda a liderança das instituições, genericamente considerada fraca, devido ao método de eleição do reitor e da forte colegialidade na tomada de decisões nas instituições. O relatório não usa meias palavras, e cita o reitor de Harvard (Rosovsky, 1990), que diz: “Uma administração eleita assegura que a liderança é fraca, e aqueles que são fortes e abraçam a mudança não serão populares e, com referência aos Estados Unidos, presidentes e directores de faculdade são nomeados e não eleitos, e podem ser demitidos. Isto é crucial, porque as eleições académicas tendem a produzir lideranças fracas”...

O relatório realça a necessidade de padrões de qualidade mensuráveis, como sejam os resultados de aprendizagem, traduzidos em conhecimentos e competências, a empregabilidade e a avaliação por uma agência externa. Considerando que a proporção de alunos por docente em Portugal era, à data, bastante generosa (cerca de 13 alunos por docente), chama a atenção para outros países, como a Austrália e a Irlanda, onde as proporções eram de 18 a 20 alunos por docente.

Reconhecendo que o financiamento era baixo, mas que o Estado tem recursos limitados, propõe que as propinas, que representavam cerca de 15% dos custos, passassem a cobrir cerca de 40% dos custos. Em relação ao ensino pós-graduado, o relatório saudava a diferenciação de preços como um exemplo de competição e diversidade.

As conclusões são muito claras: mudança institucional progressiva para o estatuto fundacional através do qual as instituições, embora operando debaixo do financiamento do Governo, seriam tratadas como pertencendo ao sector privado, com os seus orçamentos fora do Orçamento de Estado, com a remoção do estatuto de trabalhador público para todos os funcionários e com uma maioria de membros externos no órgão de governo máximo.

Foi suportado por este tipo de relatórios que o governo anterior iniciou uma produção legislativa que transpõem estas opções para a Lei, nomeadamente o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e os novos estatutos da carreira docente e criou as condições para a passagem, já concretizada, de algumas universidades a fundações.

Direitos em risco

Esta passagem requer, entre muitos outros aspectos, que a instituição tenha 50% de receitas próprias, o que implica que o financiamento deverá decorrer das propinas, prestação de serviços e filantropia, a que acresce o financiamento do Estado, definido por meio de contratos plurianuais. Desta forma, as universidades tornam-se mais independentes do financiamento do Estado, supostamente mais



autónomas, mas, obviamente, mais dependentes do mercado e do que este valoriza, com todas as implicações que isso pode ter na definição do que a universidade ensina e investiga e na autonomia e carreira dos docentes.

A passagem a fundação materializa-se, igualmente, na constituição de um Conselho de Curadores, não eleito, formado por personalidades externas à Universidade e ao Estado, com amplos poderes, perante o qual o reitor passa a responder. Desta forma, muitas das principais decisões da Universidade acabam por ser tomadas por personalidades externas, a maior parte das quais (mera coincidência?) ligadas ao mundo das finanças e das empresas.

Acresce ainda que, “no âmbito da gestão dos seus recursos humanos, a instituição pode criar carreiras próprias para o seu pessoal docente, investigador e outro”, o que significa que pode passar a ter docentes a exercer as mesmas funções, mas com contratos diversos: de trabalhador em funções públicas ou em regime privado. Que carreira, que direitos terão estes docentes sem um Estatuto, quando o RJIES afirma que estas carreiras apenas devem respeitar “genericamente, quando apropriado, o paralelismo no elenco de categorias e habilitações académicas”? Qual o limite?

Os defensores da proposta de passagem a fundação pública de direito privado assumem que a Universidade, a fim de prosseguir a sua missão pública, tem de ser gerida como uma instituição privada, com um conselho que lhe é exterior, e com poderes que vão muito além da mera administração, podendo facilmente interferir na organização do dia-a-dia das instituições, afectando nomeadamente a carreira e a autonomia dos docentes e da própria universidade. Num contexto onde é cada vez maior o desinvestimento da tutela e do Governo, a passagem das universidades a fundações pode, para alguns, parecer um oásis abrilhantado com a promessa de alguns facilitismos gestionários a curto prazo, mas, na realidade, configura um risco de se perder a missão do Ensino Superior Público. Está em causa o acesso universal ao Ensino Superior; estão em risco as carreiras dos funcionários, docentes e investigadores, ameaçadas pela passagem ao regime privado; está sob ameaça o ensino público de qualidade; está em risco uma das missões fundamentais do Ensino Superior, que é, parafraseando Bernardino Machado, ser escola de liberdade.

No Ensino Superior Politécnico, a precariedade laboral é uma realidade que continua bem patente. Apesar da significativa melhoria ocorrida em consequência da aprovação, na Assembleia da República, do regime de transição do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), no início de 2011, apenas 20% dos docentes estavam na carreira com a categoria de professor.

Torna-se urgente dar cumprimento à passagem à carreira de muitos docentes, depois de obtidas as habilitações de referência (doutoramento ou título de especialista), aumentando a qualificação do corpo docente e pondo fim à situação de precariedade que se arrasta há anos. Neste sentido, é necessário garantir – o que não está a acontecer a muitos docentes – as condições para que possam efectuar o doutoramento, o que implica a dispensa de serviço lectivo, bem como o pagamento das respectivas propinas.

A existência de apoios, absolutamente indispensáveis, é hoje muito limitada, verificando-se mesmo situações caricatas, como o lançamento de programas de apoio à formação avançada de docentes, que depois foram suspensos, ou de apoios que foram sendo reduzidos ou mesmo retirados

a quem deles já usufruía.

É o caso do Programa Especial de Apoio à Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior Politécnico (PROTEC), programa de apoio à formação avançada dos docentes, desenvolvido pelo anterior Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em articulação com o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), que abriu uma primeira edição e foi suspenso na segunda, em Abril de 2010, depois de vários professores

POLITÉCNICO

a precariedade instalada

terem submetido a sua candidatura. Ou o caso de programas específicos de certas instituições, como o Instituto Politécnico do Porto, que, além de não assegurarem as mesmas condições que o PROTEC, acabaram também por ser suspensos, ficando vários docentes sem nenhuma alternativa de apoio à formação. Mais recentemente, informações da tutela dão conta da antecipação do fim do PROTEC (primeira edição), o que pode significar a suspensão do apoio a docentes que se encontram a meio do processo de doutoramento.

A manter-se esta situação, não se conseguirá cumprir a percentagem de professores determinada pelo ECPDESP: mais de 70% em 2015, o que terá graves consequências também no processo de acreditação dos cursos.

Abaixo do salário mínimo

A situação de precariedade tem vindo a agravar-se ainda mais nos últimos cinco anos, período em que duplicou o número de docentes contratados a tempo parcial (hoje, mais de 1/3 do total dos docentes declarados), o que entra em clara contradição com o ECPDESP, que assume a exclusividade como o regime normal de contratação. Como consequência (ou com o pretexto) das dificuldades orçamentais,

começou a surgir um número significativo de situações de precariedade extrema, em que docentes são contratados por períodos de 4 meses (ou menos), correspondentes a um semestre lectivo. Em muitos casos, são celebrados novos contratos, com os mesmos professores, nos semestres lectivos seguintes, significando isto que estes docentes só têm direito a salário durante alguns meses do ano. Se acrescentarmos que, muitas vezes, estes docentes são contratados em regime de meio tempo, isso significa que apenas recebem, num ano, oito meios salários (ou menos, sem exclusividade) – o seu vencimento, nos meses em que o têm, não chega ao valor do salário mínimo nacional...



Ana Alvim

GREVE GERAL

razões para participar

Num momento político como o actual, em que está em curso um conjunto de medidas fortemente lesivas do interesse nacional, que se traduzem, entre outros aspectos, num ataque ao Estado Social, à Educação Pública, ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social, à rede pública de transportes e a vários direitos arduamente conquistados, são muitos os motivos – específicos e comuns a outros sectores – para os docentes e investigadores do Ensino Superior participarem na greve geral, mobilizando a sua indignação.

A defesa do Ensino Superior e da investigação científica, e da sua qualidade, a defesa dos direitos dos docentes e dos investigadores implica, cada vez mais, a mobilização de todos, o reforço dos laços de solidariedade entre colegas, a criação e dinamização de espaços colectivos de debate e intervenção, a tomada de posições públicas e o desenvolvimento da luta em diversas frentes.

24 de Novembro é dia de Greve Geral; é altura de os docentes e investigadores exigirem outras políticas para o país, promotoras do desenvolvimento e do bem-estar social; é altura de lutarem:

- * contra os ataques ao Ensino Superior público e à Investigação, bem como à diminuição do seu financiamento;
- * contra o corte dos subsídios de férias e de Natal de 2012 e pelo fim do corte nos salários e de parte significativa do subsídio de Natal, ocorrido em 2011;
- * contra os despedimentos de docentes e o aumento da precariedade no trabalho;
- * pelo cumprimento dos horários de trabalho estabelecidos nos estatutos das carreiras, designadamente no que se refere à componente lectiva;
- * pela abertura de concursos para as carreiras docente e de investigação;
- * pela garantia da efectivação dos direitos previstos no período transitório da revisão dos estatutos universitário e politécnico;
- * em defesa da autonomia das universidades e dos politécnicos;
- * pela recusa de processos de avaliação de desempenho que não visem a melhoria da qualidade do ensino e da investigação e que, ao contrário, contribuam para a corrosão do ambiente entre docentes, aumentando a conflitualidade e a competição, em detrimento da colaboração e da colegialidade;
- * contra uma reorganização da rede de Ensino Superior efectuada sem um amplo debate e envolvimento das instituições, ditada por critérios meramente economicistas e de mercado, sob a pressão do “combate ao défice”, que não tenha em conta a importância das várias áreas do conhecimento e do papel das instituições no desenvolvimento do todo nacional e das diversas regiões;
- * contra a passagem das universidades e politécnicos ao regime fundacional
- * pela aprovação e entrada em vigor de um instrumento regulador para o Ensino Superior particular e cooperativo, negociado com as organizações sindicais, que reduza a arbitrariedade e permita a existência de uma verdadeira carreira docente, com direitos e dignidade equivalentes às existentes no Ensino Público;
- * por uma Acção Social Escolar que permita efectivamente o acesso e a frequência do Ensino Superior a todos os estudantes;
- * pela defesa do funcionamento democrático de todas as instituições de Ensino Superior e pela liberdade científica e académica.

Afirmar o PAPEL ESTRATÉGICO do ENSINO SUPERIOR e da CIÊNCIA

Nos dias 4 e 5 de Novembro, a Fenprof realizou, em Lisboa, a 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação, que reuniu delegados eleitos e convidados de todo o país, e contou, também, com uma importante representação de sindicatos de Espanha, França, Irlanda e Dinamarca.

Estiveram presentes diversos docentes dos distritos abrangidos pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN), tendo-se assistido a um importante e vivo debate sobre a situação actual do sector, claramente marcada pelos cortes orçamentais que em muito vão condicionar o normal

funcionamento das diferentes instituições, pelo roubo dos subsídios de Natal e de férias, pela inaceitável redução da autonomia das universidades e politécnicos. A avaliação de desempenho e os problemas e desafios decorrentes da aplicação das disposições constantes dos diplomas que, recentemente, alteraram os estatutos das carreiras docentes do Ensino Superior Universitário e Politécnico foram outros temas muito presentes.

A conferência, que decorreu sob o lema em título, aprovou, entre outros documentos, uma resolução sobre a acção reivindicativa e lançou um veemente apelo a todos os docentes e investigadores para que se empenhem no combate pela defesa e afirmação do Ensino Superior e da Investigação, participando activamente na Greve Geral convocada para 24 de Novembro.



Jorge Caria

PORTUGAL

PAÍS DE FUTURO PARA OS JOVENS PORTUGUESES?



Ana Alvim

O facto de, em 2009, Portugal ter sido o Estado-membro da União Europeia que, em termos relativos, mais estrangeiros naturalizou, ao conceder a nacionalidade a 26.500 pessoas (segundo relatório do Eurostat), não significa que os cidadãos estrangeiros residentes no nosso país e que aspiram à nacionalidade portuguesa tenham possibilidade de concretizar as suas aspirações. Mesmo cumprindo os requisitos estabelecidos nos artigos 88.º/89.º (autorizações de residência para exercício de actividade profissional subordinada/independente) da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, são inúmeros e de diversa ordem os obstáculos à concessão da cidadania portuguesa – no Congresso da Imigração 2011, realizado em Outubro, e onde o Sindicato dos Professores do Norte participou, foram vários os testemunhos de imigrantes que denunciaram a trama burocrática em que se vêem envolvidos e que se arrasta ao longo de vários anos.

De país de emigração – nos anos 60/70, chegaram a emigrar mais de 100 mil trabalhadores por ano –, Portugal veio a tornar-se um país de imigração, acolhendo, nos últimos anos, muitos estrangeiros à procura de melhores condições de vida. Muitos por cá ficaram, casaram, tiveram filhos, aprenderam a língua (que em muitos casos já era a deles) e passaram a gostar do país que os acolheu e que agora querem que seja também seu.

Como avaliar os entraves colocados aos imigrantes, quando o Governo, ao invés de criar esperança num futuro melhor, aconselha os jovens portugueses a abandonar o seu país, como fez, em São Paulo, o secretário de Estado da Juventude e do Desporto, Alexandre Mestre: “Se estamos no desemprego, temos de sair da zona de conforto e ir para além das nossas fronteiras”?

Henrique Borges

Direcção do SPN

A

COLONIZAÇÃO

DA

As políticas que consagram a competição, a excelência, e os resultados a qualquer custo significam um efectivo aprisionamento da concepção democrática da escola pública por uma política colonizadora de carácter mercantilista.

José Augusto Cardoso
Direcção do SPN

ESCOLA

PÚBLICA

Os contextos político-sociais actualmente dominantes são propícios à *colonização* de políticas educativas estruturantes num Estado que se deseja democrático. Esta preocupação pode ser analisada segundo várias perspectivas. No entanto, gostaria de me debruçar sobre uma delas, que considero estratégica e de significativa importância num Estado de Direito: a Escola Pública.

Neste âmbito, emergem algumas questões estruturantes: qual a função social da escola? De que forma são entendidos conceitos como “direito à educação”, “igualdade de oportunidades” e “prestação de serviço educativo”?

Começando pela função social da escola, esta tem como compromisso assumido o desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas e afectivas dos alunos. Esta aprendizagem deve ser construída de forma contextualizada, contribuindo para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, assim como para a aquisição de um núcleo duro de conhecimentos que permitam aos alunos tornarem-se cidadãos activos, críticos e participativos na

sociedade. Neste processo, poderá inferir-se que uma educação de qualidade deve ser aquela que visa a escola como um espaço e tempo de vida, uma instituição privilegiada para uma aprendizagem com sentido, tornando-se esta assunção um desafio permanente da instituição escolar democrática.

O direito à educação, consagrado nas sociedades contemporâneas, aponta os cidadãos como *naturalmente* primeiros responsáveis pelo direito à educação de crianças e jovens à sua responsabilidade. Contudo, jurídica e politicamente, são os Estados os primeiros responsáveis pelo cumprimento do direito à educação. Como afirma Reis Monteiro, são eles os autores e primeiros destinatários do Direito internacional em geral e, portanto, do Direito internacional da educação, que subscreveram e ao qual se obrigam.

Numa sociedade em mutação e na assunção da sua identidade profissional, os professores devem *conceber-se como profissionais do direito à educação e da comunicação pedagógica*, salvaguardando desta forma o superior interesse do aluno, como um dos valores fundamentais na construção da sua profissionalidade.

A igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso para todos, conceito transparente pela própria semântica das palavras, constitui-se como um direito a garantir pelo Estado até ao nível da entrada dos jovens no mercado de trabalho (12 anos de escolaridade, actualmente), assim como o acesso a um *currículo comum* para todas as crianças, independentemente da sua origem social, económica ou cultural, e, não menos importante, providencia a frequência da *mesma escola* por todas essas crianças e jovens.



Escola como prestadora de serviço educativo

O *modus operandi* das políticas neoliberais é de que quase tudo pode ser mercantilizado, continuando este pressuposto a encontrar terreno político fértil para a sua disseminação no sistema educativo.

Compete a cada um de nós, de uma forma clara e informada, tomar uma posição sobre a asserção da educação: ou se entende a mesma como um bem público ou como um *produto de consumo*, não ignorando que a primeira nos remete para a posição de cidadãos e a segunda para a de consumidores. Numa análise política de malha fina, importa salientar as relações que estas posições estabelecem e de que formas são apresentadas aos indivíduos. Por exemplo, na esteira de Roger Dale, as dicotomias políticas existentes entre um sistema educativo enquanto serviço público e a prestação de um serviço privado são expressas, por um lado, na universalidade de *ter direito* a bens e serviços de igual valor; por outro lado, pelo *fornecimento* de serviços e bens cujo valor social depende da sua relação com outros congéneres e cuja posse classifica e estratifica os seus destinatários. Também existem diferenças substantivas na natureza das tarefas, nas finalidades, nos valores de referência e no significado dos serviços prestados pelas instituições. De uma forma geral, o serviço público, quando instituído, não tem como objectivo o lucro.

A diferenciação pelo mérito e a competição estão a consolidar-se como questões fundamentais para os grupos sociais dominantes. Foi no desenvolvimento deste processo que se impuseram formas de controlo e de monitorização do sistema educativo. Estas são visíveis e concretizam-se através da avaliação (externa e do desempenho docente), da gestão escolar, dos exames nacionais e de *rankings* que a partir daí se estabelecem.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86), curiosamente ainda em vigor, refere que é do Estado a responsabilidade de *promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares* (artigo 2º, ponto 2).

Contudo, estas *políticas continuadas e de consolidação ideológica*, que consagram a competição, a excelência e os resultados a qualquer custo, significam um efectivo *aprisionamento* da concepção democrática da escola pública por uma política colonizadora de carácter mercantilista.

A diferenciação pelo mérito e a competição estão a consolidar-se como questões fundamentais para os grupos sociais dominantes

SETEMBRO

1ª Série

07. Lei 49/11

[*Assembleia da República*] Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro

12. Portaria 264/11

[*Ministério da Educação e Ciência*] Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Lectivo de 2011-2012

14. Portaria 266/11

[*Ministério da Educação e Ciência*] Aplica, a partir do ano lectivo de 2011-2012, o programa de Língua Portuguesa do Ensino Básico, homologado em 31 de Março de 2009, e estabelece o respectivo calendário

2ª Série

01. Despacho 10.809/11

[*Gabinete da secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário*] Determina o pagamento aos professores relatores e especialistas dos ensinos Básico e Secundário pela reapreciação de provas de exames

01. Despacho 10.811/11

[*Gabinete da secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário*] O disposto no n.º 4 do Despacho n.º 18.040/2008, de 4 de Julho, é prorrogado até ao final do ano lectivo 2012-2013

07. Despacho 11.388/11

[*Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular*] Prorroga o prazo dos projectos transversais específicos assumidos pelas equipas multidisciplinares

09. Aviso 17.703/11

[*Caixa Geral de Aposentações*] Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de Outubro de 2011

19. Despacho 12.250/11

[*Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Ciência*] Nomeia, em regime de substituição, para o cargo de director regional de Educação do Norte, João Henrique de Carvalho Dias Grancho

19. Despacho 12.284/11

[*Gabinete do secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar*] Medidas de acção social escolar para o ano lectivo de 2011-2012

20. Despacho 12.430/11

[*Ministério da Educação e Ciência*] Nomeia, em regime de substituição, para o cargo de director regional-adjunto da Direcção Regional de Educação do Norte, Aristides Martins de Sousa

20. Despacho 12.433/11

[*Ministério da Educação e Ciência*] Nomeia, em regime de substituição, para o cargo de directora regional-adjunta da Direcção Regional de Educação do Norte, Isabel Maria Azevedo Ferreira Cruz

20. Recomendação 5/11

[*Conselho Nacional de Educação*] Recomendação sobre educação para o risco

24. Portaria 283/11

[*Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência*] Segunda alteração à Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março, que define o regime jurídico dos cursos de Educação e Formação de Adultos e das formações modulares previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro

OUTUBRO

1ª Série

13. Portaria 277/11

[*Ministério da Educação e Ciência*] Primeira alteração à Portaria n.º 1324-A/2010, de 29 de Dezembro, que regulamenta as regras a que obedece o financiamento público dos estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo com contrato de associação

14. Lei 53/11

[*Assembleia da República*] Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho

14. Portaria 278/11

[*Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência*] Primeira alteração à Portaria n.º 1333/2010, de 31 de Dezembro, que estabelece as regras aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes que exercem funções de gestão e administração em estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar e de Ensino Básico e Secundário, bem como em centros de formação de associações de escolas

2ª Série

10. Aviso 20.025/11

[*Caixa Geral de Aposentações*] Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de Novembro de 2011

17. Resolução 17/11

[*Presidência do Conselho de Ministros*] Delega, ao abrigo do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, no ministro da Educação e Ciência, com a faculdade de subdelegação, a competência para a prática de todos os actos subsequentes a realizar no âmbito do concurso público internacional, determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2009, de 20 de Agosto, para a aquisição dos serviços e bens necessários à implementação de um sistema integrado de comunicações avançadas de voz, dados e vídeo, nas escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e com Ensino Secundário e nos organismos do Ministério da Educação

17. Despacho 13.909/11

[*Ministério da Educação e Ciência*] Determina o apoio financeiro aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública para aquisição de material didáctico, no ano lectivo de 2011-2012

Legislação publicada

NOVEMBRO

2ª Série

02. Declaração de Rectificação 1.639/11

[*Gabinete do secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar*] Republicação do despacho sobre as medidas de acção social escolar para o ano lectivo de 2011-2012

09. Aviso 2.2087/11

[*Caixa Geral de Aposentações*] Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de Dezembro de 2011

Nota: A listagem apresentada não esgota a legislação publicada no âmbito da Educação, devido à sua elevada quantidade, resultando de uma selecção, sempre subjectiva, da responsabilidade da SPN-INFORMAÇÃO.

“O País perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos e os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência. [...] De resto a ignorância pesa sobre o povo como um nevoeiro”.

Eça de Queirós, “As Farpas”, Junho.1871

Direito aos direitos



No mundo actual – dominado por mercados, muitas das vezes alheios e avessos aos mais elementares direitos sociais –, a capacidade de sobrevivência e de resiliência dos cidadãos, em particular dos trabalhadores, está cada vez mais no domínio do conhecimento. Este assume-se hoje como o principal factor de produção, num quadro de turbulência e de imprevisibilidade onde as decisões, que se pretendem eficazes, são preferencialmente tomadas por antecipação.

Esta realidade revela a importância que a Educação e o próprio sistema de ensino hoje assumem. Mas não se pense que esta relevância resulta de preocupações exclusivas dos tempos modernos. Na verdade, já em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem se referia ao ensino e à educação como direitos universais, essenciais para assegurar os direitos e as liberdades de todos os seres humanos. Nesse documento, afirmou-se que “a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais”. Em Portugal, só a instauração do regime democrático garantiu o direito universal de acesso à Educação, consagrado na Constituição de 1976. Desde então, assistimos à construção de um edifício

normativo complexo, feito de avanços e recuos. Nos anos mais recentes, esta construção foi exacerbada por uma produção legislativa que considero excessiva e

geradora de dúvidas e de incertezas que afectam todos, com especial enfoque a classe docente.

Facto é que os professores e educadores têm sofrido sucessivos e violentos ataques aos seus direitos e interesses legalmente protegidos. Atento a esta realidade, o Sindicato dos Professores do Norte tem procurado assegurar aos seus associados a representação jurídica que se impõe nesta difícil, mas justa, demanda. Esta acção é cumprida, nomeadamente, através da realização de consultas jurídicas e da representação por advogados em procedimentos administrativos e em sede judicial. Sem descuidar estes aspectos, mas, antes, alargando as preocupações e âmbito de intervenção, entendemos que a montante daqueles momentos deve estar a informação esclarecida, técnica e rigorosa, como o momento primeiro para o exercício oportuno dos direitos colocados em perigo.

A dimensão jurídica do ensino constitui o motivo deste espaço de escrita, que, a partir desta edição, procurarei alimentar tendo por base a ideia-chave do *direito aos direitos*.

José Miguel Pinho

Jurista do SPN

Mais do que registar algumas notas sobre o contexto subjectivo em que se move o narrador de "A Paixão Destrambelhada do Velho Militante", tanto mais que estamos perante uma instância narrativa cuja focalização heterodiegética a apaga da história narrada, pretendemos, em breves traços, caracterizar a circunstância histórica que envolve o sujeito empírico e o sujeito textual.

Uma densa polifonia

Vivemos num tempo de agonia moral, de feroz egoísmo, de gritantes injustiças, de perda de princípios éticos e morais, de desilusões partidárias, de descrença na política; num tempo em que os cidadãos se perguntam quem os livrará da pesada amargura em que caíram as suas vidas. O autor e o narrador deste romance têm, como é óbvio, consciência de que os portugueses vivem numa situação opaca que os não deixa sequer vislumbrar uma luzinha no áspero caminho do futuro que para muitos se revela sem saída.

As "grandes esperanças", nascidas há menos de quarenta anos, foram morrendo no dia-a-dia de uma crise que parece sem fim e em que a maioria não sabe para onde se vai e jovens e velhos deixaram de acreditar nas virtudes da democracia, na ética da responsabilidade e numa sociedade baseada na solidariedade e no respeito pelo outro. Na verdade, o que sobre nós cai é "a mecânica do castigo" de que falava George Steiner e a desumana vertigem dos ódios. Estamos a passar um momento em Portugal, que vem de trás, em que intelectuais e massas populares desconfiam das instituições (Parlamento, aparelho judicial, sistema educativo, meios de comunicação social, segurança pública, sistema de saúde) e vivem descorçoados perante uma corrupção generalizada, alimentada por uma sôfrega ânsia de enriquecimento fácil que rasga a esperança e mata as ilusões.

Este romance de Domingos Lopes é um texto, inteligentemente construído e habilmente desenvolvido, que desafia o leitor a reflectir não só sobre um conjunto diversificado de contradições de natureza psicológica, ontológica, ética e política que ressumam das personagens masculinas e femininas de *A Paixão Destrambelhada do Velho Militante* (Alétheia Editores), mas também sobre a circunstância histórica em que a narrativa decorre, caracterizada por uma confrangedora falta de princípios éticos e uma inquietante carência de bases que sustentem os fundamentos da honra, do carácter e da moral do comum das pessoas.

Se me fosse permitida a ousadia, afirmaria que *A Paixão...* se assemelha a uma 'mise en abyme', ou seja, aquilo com que nos deparamos é um microcosmo que reproduz em escala reduzida o macrocosmo moral, ético e ontológico da sociedade em que a história se desenvolve. Ou, de outro modo, parafraseando Umberto Eco, poder-se-á dizer que *A Paixão...* é uma criação aberta, entendida como imagem da condição existencial e ontológica do Portugal de hoje.

Domingos Lopes usa com frequência o monólogo interior para revelar ao leitor parâmetros da condição existencial e ontológica das personagens, ora contraditória, irracional, hipócrita e

mesquinha, ora ambiciosa, medíocre, matreira e reles. Creio que o autor, na esteira de Montaigne quando afirma “Les autres forment l’homme, je le récite”, pretende no entanto tão só e deliberadamente relatar o lado negro dos humanos.

Os actores da trama romanesca de *A Paixão...* são Vítor Sousa, dirigente político altamente respeitado, casado com Rosa, personagem cuja bacidão só se desfaz quando Albano lhe escreve a contar que Vítor lhe queria roubar Joana e ela lhe respondeu: “E tu és um corno! Tão corno que foste o último a saber o que toda a gente já sabia”; Joana, mulher interessante, requintada, interesseira, astuta, manipuladora, casada com Albano, homem revoltado, insatisfeito, inseguro, mas mesquinho e autoritário no meio familiar; Elvira, viúva de Agostinho Rodrigues, marido que durante o casamento não mostrou ser nem um homem apaixonado nem um bom amante, mas apenas um cavalheiro; Amílcar, cuja acção no enredo se resume

de quarenta e poucos anos que nunca lhe mostrara quaisquer sentimentos amorosos ou sequer um resquício do mais pálido desejo de natureza erótica. Todavia, Vítor decidiu conquistar o coração de Joana custasse o que custasse, de tal modo aquela paixão o subjugava: “Joana passou a ser tudo para ele. O partido era importante, Rosa e os filhos também, mas Joana dominava-o. Se ela lhe dissesse para fugirem, fugia”.

Este é um romance da precariedade e da mentira, tal como o é a circunstância em que decorre a acção, que se desenvolve na forma de um delta para onde confluem os diversos braços da diegese, num ritmo de filme policial que é fruto de um certo jogo de funções cardinais que, na definição de Roland Barthes, “abre[m] ou fecha[m] uma alternativa consequente para a sequência da história”, do uso parcimonioso de catálises, pausas utilizadas para o narrador mostrar o seu poder de descrição e porventura o melhor da sua língua literária, e também

Domingos Lopes nasceu em Julho de 1949. Entrou para a organização estudantil do Partido Comunista Português (UEC) em 1969 e, depois do 25 de Abril, trabalhou no gabinete do ministro de Estado Álvaro Cunhal até ao VI Governo Provisório. Foi membro do Comité Central do PCP, partido que abandonou em 2009.

Advogado e autor de diversa obra (poesia, novela e texto académico), Domingos Lopes foi vice-presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados e do Conselho Português para a Paz e a Cooperação.

É presidente do Fórum Português para a Paz e os Direitos Humanos.

ao trabalho profissional enquanto advogado de Joana num processo de despejo, no seu processo de divórcio e no intrincado processo de doação de um prédio, feita por Elvira a favor de Joana, doação essa que vem a provocar uma importante inflexão (do amor à raiva) no desenvolvimento da história; Irene, sobrinha de Elvira, é uma personagem secundária cuja acção adquire alguma relevância, no declinar da narrativa, pelo uso imoderado da mentira com que pretende tramar Joana e retirar para si algum proveito.

O nó desta história, isto é, segundo Tomachevsky, o conjunto de motivos que violam a imobilidade da situação inicial, tem raízes na paixão de Vítor por Joana. Esse amor nasce numa casa de campo de um advogado, de nome Osvaldo Souto, personagem de reduzida importância, quando Vítor olha avidamente os seios de Joana que, agachada, apanha do chão os vidros de um copo que ele partira quando o excesso de vinho tinto começara a perturbá-lo. Nesse momento, sentiu por Joana uma “atração fulminante” e “não mais deixou de pensar nela”. Assim começou uma inusitada paixão de um septuagenário, com uma vida dedicada à luta política a que se entregara integralmente, guiado por uma clara racionalidade, por uma mulher

da hábil utilização de elipses narrativas que, ao suprimirem acontecimentos diegéticos que o contexto supre, contribuem para o fluir da história que deste modo prende permanentemente o leitor, desafiando-lhe a inteligência.

As peripécias (mudanças súbitas e inesperadas de situação no desenrolar de uma narrativa) de *A Paixão...* conseguem surpreender e estimular o leitor, renovando a par e passo o seu interesse pelo romance. Peripécias que não são para contar aqui, mas para serem fruídas por quem o lê.

Permitam-me que sublinhe um aspecto que na minha opinião torna este romance de Domingos Lopes merecedor do maior apreço por parte dos leitores. É que estamos, seguindo o conceito de Barthes, perante um texto de fruição, isto é, “aquele que nos coloca em estado de perda, aquele que desconforta, que faz vacilar as bases históricas, culturais, psicológicas do leitor”. A este cabe reescrevê-lo, lendo-o.

Paulo Sucena

Adaptação do texto de apresentação da obra, cuja versão integral pode ser acedida nos complementos on line desta edição, em www.spn.pt

*Pintura e desenho cruzam-se na exposição
"2011: A Caminhada do Medo", de Graça Morais, patente na Cooperativa
Árvore (Porto) até 20 de Novembro. As obras expostas foram motivadas pelo
noticiário da crise diariamente veiculado pela comunicação social
e reflectem a angústia e a preocupação da artista transmontana
relativamente ao presente e ao futuro da Europa e do mundo.*

A caminhada do medo



Graça Morais, "A Caminhada do Medo VIII"



Graça Morais, "A Caminhada do Medo VIII"

Foi sob o efeito das fotografias publicadas em jornais e em revistas que os desenhos foram realizados. O uso dos recortes de jornais que ainda hoje subsiste vem da infância e da juventude, vem da tradição popular de forrar prateleiras com jornais decorativamente recortados, em padrões geométricos básicos, e do hábito de os ler nessa circunstância. O gosto pela utilização dos jornais manter-se-ia, não apenas nesse registo ornamental, mas como fonte insubstituível de imagens e como uma das

vias de levar o quotidiano à pintura.

É ainda a temática da peregrinação que se vislumbra nestes trabalhos, mas agora trata-se das romagens de personagens condicionadas por acontecimentos históricos, os mais diversos. Estas podem ser as peregrinações associadas aos dramas humanos das acostagens nocturnas no sul de Itália, dos africanos sedentos de um lugar na Europa, das lutas religiosas e tribais dispersas pela África e pela Ásia, das revoltas nos países árabes, dos massacres fanáticos disseminados um pouco por todo o mundo, dos conflitos urbanos mal identificados.

É inegável a dimensão política deste ciclo, componente que, ao contrário do que já se afirmou, nunca esteve ausente do trabalho de Graça Morais. Não num sentido panfletário ou contestatário, não num teor propagandista, mas na adesão a temas como a interioridade e o isolamento, a morte anunciada das aldeias, a solidão e a velhice no meio rural, a condição da mulher. Os acontecimentos históricos também não ficaram fora do seu horizonte artístico. De 1975, conhece-se a série de desenhos 25 de Abril, realizados com tinta-da-china e colagem, onde reproduções de fotografias, recortes de jornal e desenho se sobrepõem numa linguagem que muito fica a dever à intensidade comunicacional daquele período.

Estas peças vêm no seguimento do trabalho de Sines, de 2005, e de todas as séries das metamorfoses, da primeira década do século, mas a figuração envereda por outro caminho com aspectos tributários do ar do tempo. Os registos antropológicos do meio rural e os arquivos da memória dão lugar a figuras conturbadas do mundo contemporâneo, de paragens próximas e distantes. E, do ponto de vista do processo, há quase uma aproximação ao universo directo dos *graffiti*, dos gritos que ficam nos muros das cidades sem os cobrir completamente. As peças de menor dimensão, as colagens, dão a chave para os grandes desenhos e o modo como são compostos. Aí se percebe a importância do registo fotográfico, dos apontamentos escritos em folhas de diário e a sua recuperação posterior.

Intervencionados e retrabalhados, esses materiais primários transformam-se mediante a pressão de novas circunstâncias.

Quem povoa estas obras?

Deslocados de guerra, asilados políticos, nómadas famintos, perseguidos por questões religiosas, emigrantes clandestinos, uma legião de seres que vagueia perdida e sem outro destino que não o campo de refugiados improvisado.

E aqui estão, primeiro, as criaturas do presente, recém-chegadas à sua obra: criaturas que deambulam ou avançam em fila, inseguras, reduzidas a vultos, a espectros, descarnadas pela condição de refugiados. Aqui estão também as criaturas vindas do passado: figuras femininas de máscaras brancas com olhos fechados; ou de olhar atento e sobressaltado; mães auxiliaadoras no rito da Pietá; um anjo; cabeças híbridas; e os cães vagabundos, rafeiros em pose de alerta ou de orelhas baixas e o olhar que nos fita, à espera.

“A Caminhada Do Medo VIII” (página anterior) foi a obra vencedora do Prémio Artes Casino da Póvoa 2011, que a artista vai receber no dia 17 de Dezembro. Graça Morais nasceu em Trás-os-Montes (1948) e licenciou-se em Belas Artes (Porto, 1971). As suas obras fazem parte de diversas colecções de relevo: Culturgest, Museu de Serralves, Museu de Arte Moderna de São Paulo, Colecção Manuel de Brito, entre outras.

Em 2008, foi distinguida com a Grande Ordem do Infante D. Henrique pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio.

Este é bem o nosso mundo, feito de realidades afastadas que nos chegam em simultâneo, numa sincronia enganadora. Valores e princípios têm, no seio dos conflitos que interessaram a artista, uma validade sempre provisória e contingente, ao sabor de circunstâncias políticas e de negociações de conveniência. As identidades são sempre transitórias – hoje num papel, amanhã no campo oposto; hoje como algoz, amanhã como mártir; hoje como personagem anónima, amanhã como figura da comunicação global. Não haveria melhor recurso artístico do que este mosaico de tempos e espaços em que se organizam os desenhos, para o demonstrar.

A artista permanece fiel ao mundo e fiel ao seu mundo.

Laura Castro

Adaptado do catálogo da exposição

A voz humana



“Ansioso, atribulado e desesperado telefonema de despedida de uma mulher abandonada pelo amante, *A Voz Humana* é um monólogo traiçoeiramente simples e prosaico. Apupada na estreia, em 1930, a peça de Jean Cocteau acabou inevitavelmente por encontrar a sua fortuna, ao ser interpretada por atrizes como Ingrid Bergman, Liv Ullmann e Simone Signoret, e ao tornar-se, por exemplo, o núcleo sensível de *A Lei do Desejo* (Pedro Almodóvar). Parece agora ter chegado o momento de **Emília Silvestre** assumir, entre nós, esta mulher que fala ao telefone com um amante invisível – e inaudível. Um novo teste ao excepcional domínio vocal, ao apurado sentido de composição e à desenvolvida plasticidade da atriz, depois de fulgurantes monólogos e solos que foram pontuando a sua carreira. Mas nesta *Voz Humana* também Carlos Pimenta – acompanhado por Raquel Castro, realizadora do filme-ensaio *Soundwalkers* – propõe uma evasão do naturalismo que enforma o texto de Cocteau, ensaiando um novo investimento audiovisual e colocando em tensão os 80 anos volvidos sobre a escrita deste monólogo em que a tecnologia – o telefone – detém um papel central”.

Teatro Nacional de S. João

4ª feira a sábado, 21h30 | domingo, 16h
18.Novembro – 4.Dezembro

Clássicos dos anos 30-40



Com *Recycle Swing – Jazz Standards*, **Jacinta** está de regresso ao repertório tradicional americano. Lançado recentemente, o novo álbum recria grandes clássicos do jazz, com temas de compositores como Gershwin, Jerome Kern, Harold Arlen, Cole Porter e Duke Ellington. São doze temas a que Jacinta se entrega com voz grave de contralto, cheia, rica e quente. Segundo a cantora, “a escolha deste repertório acaba por ter uma sonoridade e leveza familiares, pois as canções são da época de ouro da Broadway, dos musicais e dos filmes. Só mais tarde foram adoptadas pelos músicos de jazz, por terem uma estrutura harmónico-melódica muito forte, tornando-se nos primeiros standards”. Gravado na Alemanha (Bauer Studio, onde já gravaram nomes como Keith Jarrett e Bobby McFerrin), *Recycle Swing* é o quinto álbum na carreira de Jacinta, que se estreou com o galardoado *Tributo a Bessie Smith* (2003).

Claro que, à primeira vista, o título parece disparatado, do ponto de vista linguístico e lógico. Mas não é! Eu explico: o disparate, ou os dispartes, num plural verdadeiramente aterrador, aconteceram a montante do que agora me leva a optar por estas palavras...

Disparate foi a equipa governativa José Sócrates/Lurdes Rodrigues ter enchido a cabeça dos portugueses, a partir de 2005, com a ideia de que não havia avaliação do desempenho docente, quando, na realidade, a que existia deixou de se aplicar durante 3 anos (2005 a 2008) por sua iniciativa...

Disparate foi o modelo existente ter sido substituído, em 2008, por outro que, de tão burocrático e administrativo, alterou por completo a vida das escolas e dos professores e educadores, retirando-lhes o tempo e a disposição para o que é verdadeiramente central na sua profissão...

Disparate foi o modelo de 2008 ter sido alterado em 2010, já na aventura de Isabel Alçada, por outro que provou ser ainda mais estupidamente burocrático, infernizando a já absurdamente complexa realidade das escolas e a vida dos docentes para além do imaginável...

Disparate foi terem pensado – será que pensaram mesmo?!... – que tais modelos serviriam a melhoria da qualidade do processo educativo e das aprendizagens, quando – pela

Nunca tantos tiveram tantas razões para ficarem gratos por... nada!

complexidade introduzida e pelo imenso tempo que tomaram aos docentes e à estrutura da escola – tiveram precisamente o efeito contrário, por serem completamente desprovidos de qualquer intenção formativa...

Disparate foi, com tais “invenções”, os dois governos de Sócrates terem dado uma machadada brutal em milhares de vocações docentes e, assim, contribuído para o maior êxodo profissional de sempre, mesmo à custa de elevado prejuízo financeiro. Uma perda de recursos humanos que, porventura, será irreparável ou, na melhor das hipóteses, levará décadas a ver diluídos os seus efeitos...

Daí que os milhares de docentes da Educação de Infância e dos ensinos Básico e Secundário devam estar gratos ao ministro Nuno Crato por ter decidido substituir o modelo ainda constante do ECD e do Decreto Regulamentar n.º 2/2010. Não que o novo modelo vá servir para alguma coisa do que seria suposto, designadamente, avaliar de facto a qualidade do trabalho dos docentes, melhorá-lo e, assim, melhorar o serviço educativo. Não. O novo modelo, em vias de ser regulamentado, não vai servir para isso. A não ser para, por via das quotas e de alguns constrangimentos à progressão (que se mantêm), regular/diminuir o acesso aos escalões mais avançados da carreira, o novo modelo não vai servir para nada!

Só que, como escreveu recentemente o meu amigo António Avelãs na «Escola Informação» (SPGL), “uma coisa inútil sempre é melhor do que uma coisa perversa”.

Última nota, muito importante: nem a perversidade complexa de um modelo prestes a ser enterrado, nem a inutilidade simples de um modelo prestes a nascer, podem fazer os professores esquecerem-se do quanto de mau lhes está a acontecer, do que de pior já decidiram aplicar-lhes e, sobretudo, do quanto é imperativo avançar para o combate necessário.

Lembrem-se disso no dia 24!

José Manuel Costa



nesta edição

a abrir

02. **Parabéns, SPN!**

editorial

03. **Porque agora é tempo de...**

acção sindical

04. **É difícil ser mãe e trabalhadora em Portugal | Sobre imigração... | Ensino privado**
05. **A narrativa da inevitabilidade e o tempo dos sindicatos**
06. **Uma realidade que mais parece ficção**
08. **Pela integração na carreira dos docentes de TE**
09. **Milhares em marcha sobre Madrid**
10. **Secundária de Mirandela em desespero de causa**

em foco

14. **Desinvestimento brutal**
16. **Defender o Ensino Superior Público, não aceitar o regime de fundações**
18. **Politécnico – a precariedade instalada**
19. **Greve Geral – razões para participar**
20. **Afirmar o papel estratégico do Ensino Superior e da Ciência**

opinião

21. **Portugal – País de futuro para os jovens portugueses?**
22. **A colonização da Escola Pública**

contencioso

24. **Legislação publicada**
25. **Direito aos direitos**

vemos, ouvimos e lemos

26. **Uma densa polifonia**
28. **A caminhada do medo**

apostas spn

30. **A voz humana | Clássicos dos anos 30-40**

a fechar

31. **Nunca tantos tiveram tantas razões para ficarem gratos por... nada!**